



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MÁRIO COVAS
DEPUTADO FEDERAL

A CRISE BRASILEIRA

Discurso proferido na sessão de
30 de novembro de 1967.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1968

O SR. MARIO COVAS:

(Como Líder — Lê) — Sr. Presidente. Srs. Deputados. em abril de 1964, um movimento militar depôs o Governo legalmente constituído. E' certo que áreas do povo brasileiro, por ação ou omissão, avalizaram a intervenção. Se alguns foram levados a tal, condicionados pelo fantasma do comunismo é lícito até admitir que outros tenham conferido ao seu engajamento a subordinação a objetivos efetivamente revolucionários, entendido o conceito em seus aspectos sociológicos de alteração estrutural da sociedade.

Entretanto, os designios do movimento, bem como seus rumos passaram logo a ser fixados pela minoria que empolgou o poder. Esta mesma minoria fez saber a Nação que, ao revés do que fôra constante histórica, a intervenção militar não se exauriria com a devolução do poder político aos civis, mas se prolongaria com a absorção por aqueles, das responsabilidades políticas que normalmente têm cabido a estes.

As violências cometidas contra um sem-número de brasileiros consubstanciadas em perseguições políticas exílios, prisões e torturas, sob a égide da minoria que se estabeleceu no poder, terminaram por associar já agora por irremediável, a totalidade das Forças Armadas em torno do complexo de poder que então se formou.

Em nome dessa sustentação, e aprofundando as implicações, a minoria dominante firmou suas alianças: no plano político com as oligarquias as quais se dispôs reviver e sustentar e no plano económico com o imperialismo. A tônica a constante, a característica fundamental do governo anterior foi essa aliança com o imperialismo.

A Extirpação do dicionário político brasileiro de dois vocábulos extremamente sensibilizantes — “subversão” e “corrupção” — passou a constituir a justificativa e o fulcro de todo um elenco de medidas de caráter antinacional e antidemocrático. E esses dois conceitos perderam seus conteúdos absolutos, para guardar relativaidade aos objetivos da aliança.

O povo brasileiro foi premido pela estreita alternativa que lhe era oferecida, de aceitar os designios da aliança, ou denunciar a revolução semântica que lhe era impingida.

Seria ocioso repetir todas as medidas contrárias ao interesse nacional, que, fulminantemente, foram impostas ao povo brasileiro. A isso, porém adicionou-se a deformação nacional apresentando-se ao povo brasileiro uma imagem de si próprio desfibrada e incompetente, incapaz de autodirigir-se e de realizar suas aspirações, e imputando-lhe máculas inatas de corrupção e subversão, como outros pecados originais, a cobri-lo de opróbrio e vergonha.

Revelou-se, entretanto, de tal forma discordante essa orientação dos sentimentos do povo brasileiro, e, por que não dizê-lo, da maioria das Forças Armadas que estas, espaciaçadas por sua tradição histórica de natureza nacionalista e submetidas afinal à sua formação sociológica, formutaram, bitoladas pelo sistema criado, de cujo contexto eram parte integrante e decisiva uma alternativa de natureza militar, e impuseram à Nação um novo Governo.

Este embora sem nunca o ter explicitado claramente, e talvez desconhecendo as razões de sua origem, tem feito uma tímida tentativa de estabelecimento de novo tipo de aliança. Mantida sua vinculação política oligárquica, representa uma ten-

tativa de aliança com a burguesia nacional. Não completou, porém, o processo. Ao compor a área ministerial, pretendeu fazer conviver representantes da aliança anterior com outros que pudessem exprimir a nova pretendida diretriz. Essa contradição tem sido responsável pela inexistência de rumos definidos e até pela divergência frontal entre setores do Governo.

Assinale-se, por exemplo, a polémica em torno da política atômica, na qual o Ministro das Minas e Energia toma posição contrária às aspirações nacionais, e mantém o Ministro das Relações Exteriores aquela que condiz com os interesses do povo brasileiro.

Chegamos, pois, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, ao final do primeiro ano legislativo da atual legislatura, com este estágio da crise brasileira: O País na ansia por caminhar, e o Governo sem a ousadia necessária para enfrentá-la. A crise se desdobra em todos os setores, subordinada a êsses condicionantes básicos. A política econômico-financeira, apresentada em seus primórdios, pelos responsáveis, como de tendência humanizadora, na realidade herdou do Governo anterior a idéia fixa de combate à inflação, como objetivo básico, sustentado na compressão salarial e na voracidade fiscal. Tais tendências, longamente alardeadas, não ultrapassaram algumas medidas reivindicadas pelo setor empresarial, tais como crédito e financiamento, para cimentar a aliança com a burguesia nacional.

Por não estender essa aliança ao povo, foi incapaz de alterar as regras do arrêcho salarial, êsse monstro que corrói o Brasil, não apenas no campo social, mas no econômico.

Atendendo apenas às solicitações de parcela do povo brasileiro — a burguesia — foi o Governo cego para as consequências, favorecendo a penetração e dominação imperialista, que encontra seara fértil para absorção dos recursos nacionais.

A alteração do processo de vilipêndio salarial, com a supressão do arrêcho e a devolução pelo menos parcial, do poder de compra da classe assalariada, é um imperativo de

justiça social, bem como a devolução ao povo de sua indeclinável presença no processo de desenvolvimento nacional. (Palmas).

O processo de desenvolvimento brasileiro tem características peculiares. Para uma população de 80 milhões de concidadãos, em grande parte marginalizados do processo econômico, o desenvolvimento tem um sentido mais amplo do que o mero acréscimo no padrão de vida individual; significa o acesso ou a exclusão de vastas populações situadas na fronteira do processo econômico. Mais do que a melhoria individual e coletiva do *status* significa a obtenção de algum padrão para aqueles que possuem nenhum.

E o recente comportamento da economia nacional projeta-se escandalosamente na mensuração estatística internacional: o ritmo de expansão do produto bruto na América Latina que anteriormente atingira cerca de 5% baixou para menos de 3%, em virtude da queda acentuada da curva de desenvolvimento brasileiro. Atingimos o nível de renda *per capita* da ordem de US\$169, contra 4,0 da Argentina e 3.000 nos Estados Unidos.

Este quadro de crise evidencia uma economia estagnada, de finanças arrastadas com o assalariado brasileiro sujeito ao subemprego e ao subconsumo.

Ao assumir, o Governo ofereceu à Nação um correto diagnóstico da economia nacional. Retirou-se imediatamente, porém, quando sentiu o doente apresentar sintomas de melhoras e, temeroso, eximiu-se de empregar a terapêutica. Foi incapaz de entender que a melhora aparente era fruto do correto diagnóstico, mas só se operaria totalmente com aplicação efetiva do corretivo. Onde foi necessária a coragem, tivemos a timidez.

Na política externa, dilui-se o Governo, em suas contradições, vacilante entre seus compromissos com a burguesia industrial e sua ausência de apoio à luta contra as brutais pressões externas, como na política do café solúvel ou dos fretes marítimos — luta sustentada na tribuna do Parlamento e objeto de aplausos da Oposição, mas que corre o risco de anular-se, dada a total insegurança do Governo.

Mas Sr. Presidente e Srs. Deputados, teima o Governo em manter inalteradas as formulações políticas da administração anterior. Sustenta, intacto, portanto, todo o legado discricionário, o onco-se a qualquer laivo de alteração dessa herança. Dêsse modo, supprime todas as perspectivas de democratização da Constituição, a começar pela medida de anistia política. Ao sustentar-se, muito menos no Poder Militar — negação de nossa tradição pacifista — do que no poder dos militares, o Governo amplia a crise política e consolida o regime com grave distorção de caráter institucional, mantendo uma inaceitável predominância de casta na condução dos problemas sociais, políticos e administrativos, e suscitando incompatibilidades profundas entre civis e militares. (Palmas.)

Essa determinação de imobilismo político e a circunscrição aos militares para o exercício de certos cargos, associados ao princípio das eleições indiretas, transferem para os quartéis as manifestações de preferência política, subvertendo os próprios princípios basilares das Forças Armadas, que são a hierarquia e a disciplina. (Palmas.)

Esse quadro de crise, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, estende-se particularmente à mocidade. Ninguém se iluda quanto à sua determinação. Essa geração que ascende sabe o que quer. Que ninguém imagine que ela abdicará de dar a dimensão de si própria. Idealista e engajada, não se conforma com a estrutura social injusta em que vivemos. Com uma perspectiva onde os interesses pessoais inexistem, desprovida de preconceitos, é a caixa de ressonância dessa característica de nosso século: o sentido de urgência no equacionamento e na solução dos nossos problemas. Entre as duas opções que lhe foram impostas nos últimos quatro anos, aliança com o imperialismo ou aliança com a burguesia, condena a ambas. Esta vinculada às aspirações do povo, e, como éste, está marginalizada do processo brasileiro. Todas as portas lhe estão fechadas; vedam-lhe o acesso uma esdrúxula estrutura partidária, reservada com exclusividade aos iniciados e, muito mais, os processos políticos que condena e abomina, como essa ignomíria das sublegendas,

a mais hábil fórmula de desmoralização da atividade política, pelas vergonhosas composições que facilitarã (Palmas.)

Não mais aceita a mocidade os padrões convencionais que lhe querem impingir. E sua angústia e perplexidade crescem, na medida em que se avoluma o legado de miséria e de subdesenvolvimento que lhes caberá gerir. Esse procedimento profundamente responsável dos jovens e irracionalmente tido como subversivo, e esbarra na mais violenta repressão, que torna cada vez mais distantes as relações entre a mocidade e as instituições.

Mas a crise brasileira atual se estende à área religiosa. A ótica social da Igreja recolluca o conceito de subversão em suas verdadeiras dimensões: "subversão" é a manutenção do *statu quo*; é a predominância do capital sobre o trabalho; é a confusão de Deus e da religião com os opressores do mundo e dos trabalhadores, que são, com efeito, o feudalismo, o capitalismo e o imperialismo. (Palmas) como preceitua o recente documento assinado por 17 bispos do Terceiro Mundo.

Ainda recentemente, o Arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, preceitua:

"Que os responsáveis pela coisa pública tenham a coragem de caminhar e de libertar o Brasil das pressões de fora e adotem dentro uma política mais decisiva, mais agressiva contra a fome e o subdesenvolvimento. Tenham a coragem de fazer a revolução contra o "imperialismo internacional do dinheiro", denunciado pelos Papas e contra a violência do cativo e que se acham submetidos tantos e tantos dos nossos irmãos brasileiros.

"Enquanto não vier tal revolução — que não desjamos seja sangrenta, mas que emos transformante como o fermento — enquanto não vier tal revolução, nós, cristãos, mas sobretudo os Bispos e os Padres, devemos pregar a ordem nova, fundada na justiça e na verdade, o Reino de Deus que começa neste mundo. (Palmas) Enquanto o brasileiro, enquanto o nordestino for um faminto, é necessário que os res-

ponsáveis pela transmissão da Mensagem salvadora a subversão de uma criem que está fundamentada na injúria e construída sobre a fome de multidões. Se for necessário sofrer vexames pela libertação do povo, tenhamos a coragem de dar, hoje, o testemunho que os cristãos dos primeiros séculos deram em favor desse mesmo Evangelho".

É a resposta da Igreja sobrecarregada pela limbrança de que o símbolo sacro do movimento de março foi o rosário ao apelo angustiante do povo marginalizado a chocar-se violentamente com a ausência de opções do atual regime.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na última semana, o mais expressivo arauto do governo anterior exprimia sua convicção de que o atual governo voltara rapidamente ao redil. Com isso, antecipava ele a reproximação com o imperialismo. Essa afirmação, que localiza os sintomas mais acentuados nas vacilações do Governo, multiplicados nos últimos dias, é a evidência eloquente de que a aliança tentada pelo atual Governo, quicá subconscientemente, não levou em conta que a burguesia nacional é apenas uma pequena parcela do povo brasileiro, e que a luta nacionalista, para ter êxito, há de ser uma conquista da qual participe todo o povo brasileiro. *(Muito bem. Palmas.)*

O adversário a enfrentar chama-se imperialismo, excitado pelas concessões que lhe foram feitas nos últimos três anos; o instrumento a usar chama-se nacionalismo.

Este não é privilégio de classes ou de castas; pelo contrário, é a única e real propriedade do povo, pois sem sua participação é impossível exercitá-lo.

Mais do que isso, exige a presença de todos, e particularmente dos militares, pois foi o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, em autêntica atitude subversiva, quem terminou por dar-se em holocausto ao postulado nacionalista da soberania política. *(Palmas.)* Caxias na famosa "Questão Christie": Deodoro na questão anti-escravista, ou Floriano na ação patriótica contra a intervenção estrangeira, são exemplos determinantes dessa participação consistente na permanente e continuada tarefa da emancipação nacional.

O MDB, Sr. Presidente, considera que os fatores de crise são por demais evidentes para que se justifique a atmosfera de irresponsável euforia que reina em alguns setores palacianos. E, cumprindo sua missão política, a qual não fugirá, sejam quais forem as pressões e ameaças, adverte o povo brasileiro e as forças políticas responsáveis para a perspectiva de agravamento da crise, se persistir o Governo em manter-se desvinculado do povo, dele descrendo, ou não lhe oferecendo a oportunidade de participar nas decisões ligadas aos destinos do País.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a história do Parlamento no Brasil, após 1945, e até 1964, apreendeu uma característica constante: ser ele o recipiente amortecedor de todas as grandes crises sociais, económicas, políticas e institucionais que sofreu a Nação brasileira.

Desproporcionalmente embora, o Congresso com as limitações ao pleno mecanismo democrático de que o regime padecia, não deixava de projetar as várias áreas de interesse conflituosas na paisagem social brasileira, predominantemente representadas por três classes sociais: a burguesia urbana, os proprietários de terra, e os trabalhadores, principalmente urbanos. E, embora a representatividade de cada agrupamento estivesse distorcida do ponto de vista numérico, consolidou-se paulatinamente o Poder Legislativo, como conduto institucional capaz de equilibrar, traduzir e encaminhar anseios e esperanças do povo brasileiro, e como fonte inesgotável de soluções para os grandes dissídios nacionais. A partir de 1964, entretanto, a mudança dos centros de decisão política, para a área militar, enfraquece os elo que o vincula às aspirações populares. Se incapaz de reagir como Instituição e afirma-se como Poder, distancia-se do respeito popular, e passa a concentrar as investidas dos que nele não creem, e as dos que querem apresentá-lo como responsável por suas próprias fraquezas. *(Palmas)* Essa imagem, Sr. Presidente, só se modifica pela afirmação. Há coisas em relação às quais o desacionarismo tem posição definida: seu desprezo pela subversão, e o respeito pela altivez.

E chegado, portanto, o momento de procedermos à nossa revisão se-

mântica. É imperativo que proclamemos que, se a ausência de autoridade significa anarquia, a autoridade imposta é a ditadura. (Palmas) a democracia é a autoridade consentida, delegada.

É fundamental que aceitemos que a subversão não é a luta para fazer justiça aos humildes, mas, sim, calar ante a injustiça.

É preciso que ressaltemos que a revolução a fazer deve ser pacífica e democrática, mas repitamos com Mounier: "A revolução que desejamos será produzida por um povo vivo e não a tarefa administrativa de um Estado, ainda que fôsse o mais policiado do mundo".

Outra não tem sido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a contribuição do

Movimento Democrático Brasileiro. E ela repousa na meditação dessas palavras de Cammus:

"Através dos cinco continentes, vai prosseguir, nos anos vindouros uma interminável luta entre a violência e a pregação. E, na verdade, as possibilidades da primeira são mil vezes maiores que as da segunda. Sempre pensei, porém, que, se o homem que confia na condição humana é um louco, o que desespera dos acontecimentos é um covarde. E, doravante, a única honra será manter obstinadamente o formidável desafio que decidirá, enfim, se as palavras são mais fortes que as balas."

(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)